

Proteger p'ra Liderar

Na última terça-feira assisti na biblioteca municipal, à apresentação pública do projeto de Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA). A equipa, na tutela de S. Exa. o PGR, teve oportunidade de apresentar perante uma audiência composta, o resultado de quase seis anos de trabalho do "BlueAzores", programa que se enquadra na Estratégia Europeia para a Biodiversidade e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, tendo os Açores o compromisso de proteger, até ao final de 2023, 30% do mar dos Açores, através de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) com, pelo menos, 15% totalmente protegido. O projeto tem tanto de aliciante como de arrojado. Não terá sido fácil ouvir todas as partes, gerar consensos, enfrentar egos, melindres e as diferentes expectativas dos utilizadores do mar. Para mais, o projeto tornou-se numa "bandeira política", determinado por uma agenda com prazos limitados. Ainda assim, Bernardo Brito e Abreu e a equipa honraram o compromisso assumido pelo Presidente Manuel Bolieiro, numa apresentação esclarecedora, destacando o envolvimento da Universidade dos Açores, particularmente dos cientistas do OKEANOS e do setor da pesca. Cúmplice por ter participado, numa fase inicial, na construção e

"arranque" do projeto, esclareci as dúvidas que levava: a garantia de um Plano de Reestruturação do Setor da Pesca, que ajuste pescadores, embarcações e o esforço de pesca a um espaço mais limitado e sem o risco de sobre-exploração; a garantia de um Plano para a Monitorização das novas AMPs, que permita concretizar o sucesso e justificar

o esforço e restrições impostas aos pescadores e, a garantia de novos meios de vigilância e controlo, uma vez que atualmente não honramos o pouco que temos para fiscalizar. O Presidente da Federação das Pescas, Gualberto Rita, teve oportunidade de demonstrar desconforto pelo impacto socioeconómico da RAMPA e, sem reclamar qualquer subsídio, procurou saber se existiam mecanismos de apoio ao abate de artes e embarcações de pesca. Prontamente, Brito e Abreu informou que no orçamento regional para 2024 estava contemplada uma verba para minimizar eventual impacto da RAMPA. A Sra. Diretora Regional das Pescas esclareceu, que não é possível pelos fundos europeus, candidatura a este tipo de ajudas, uma vez que, de acordo com o "Relatório da Frota", não existem evidências que justifiquem apoios daquela natureza. Ainda



LUME BRANDÓ LUÍS RODRIGUES
MESTRE EM ÉTICA AMBIENTAL

assim (sugestão minha) alterando-se de forma tão drástica a área de operação da pesca, é natural que o relatório da frota possa ser atualizado, permitindo inverter a atual orientação da UE e ter acesso a apoios para o abate. É natural o desconforto e desconfiança de Gualberto Rita, tanto mais que em declarações recentes à LUSA, o Sr. Secretário

Manuel São João, garantiu que a Comissão Europeia "estava já a tratar deste assunto", salientando que a região "não tem capacidade financeira" para suportar os encargos da RAMPA! Um Plano de Reestruturação não se esgota nos apoios ou subsídios. Programas de mobilidade entre ilhas e entre segmentos da frota, incentivo à criação de rendimento alternativo ou complementar à pesca; programas de reorientação profissional; desenvolvimento de parcerias com a ciência, com o turismo... foram iniciativas experimentadas com sucesso no passado. Onde está o Programa "Pescador Mais"? apresentado há pouco tempo pelo Sr. Secretário com a tutela do Mar e Pescas, referindo ser em tudo semelhante ao Programa REATIVAR, uma solução de dupla certificação que permite a reorientação profissional. ♦

2_98020783